

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.916

Declara de utilidade pública o Instituto Educacional para Conscientização e Realização de Políticas Públicas – ICPP –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Educacional para Conscientização e Realização de Políticas Públicas – ICPP –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.917

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Ação, União e Cidadania de Lagoa de Baixo, com sede no Município de Rubelita.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores Ação, União e Cidadania de Lagoa de Baixo, com sede no Município de Rubelita.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.918

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Tibuna e Região, com sede no Município de Santana de Pirapama.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária da Tibuna e Região, com sede no Município de Santana de Pirapama.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.919

Declara de utilidade pública a Associação Maria Efigênia – AME –, com sede no Município de João Monlevade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Maria Efigênia – AME –, com sede no Município de João Monlevade.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.920

Declara de utilidade pública a Associação de Mulheres Rurais, com sede no Município de Cataguases.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mulheres Rurais, com sede no Município de Cataguases.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.921

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Paz, Harmonia e Concórdia nº 297, com sede no Município de Guaranésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Paz, Harmonia e Concórdia nº 297, com sede no Município de Guaranésia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 8 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 13/3/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de técnico da defensoria pública e analista da defensoria pública e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968, 5.960, de 1º de agosto de 1972, 6.763, de 26 de dezembro de 1975, 11.363, de 29 de dezembro de 1993, 14.699, de 6 de agosto

de 2003, 14.937, de 23 de dezembro de 2003, 14.940, de 29 de dezembro de 2003, 14.941, de 29 de dezembro de 2003, 15.424, de 30 de dezembro de 2004, 15.464, de 13 de janeiro de 2005, 19.976, de 27 de dezembro de 2011, 20.922, de 16 de outubro de 2013, 21.735, de 3 de agosto de 2015, 21.972, de 21 de janeiro de 2016, 22.257, de 27 de julho de 2016, 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos *sites* governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo agente de segurança socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 10.266/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.265/2018, do deputado Sargento Rodrigues, e 10.324/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.066/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.075/2015, do deputado Felipe Attiê; 3.446/2016, da deputada Ione Pinheiro; 4.727, 4.739 e 4.740/2017, do deputado Tito Torres; e 4.821/2017, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.587 e 4.588/2017, do deputado Dirceu Ribeiro.

Requerimentos n°s 10.231/2018, do deputado Fábio Cherem; 10.233/2018, do deputado Duarte Bechir; e 10.312/2018, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 14/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/3/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/3/2018, às 10 horas e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.996/2018, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 13/3/2018, às 10 horas, ao Tribunal de Contas do Estado, com a finalidade de debater a questão dos repasses financeiros da área da saúde aos municípios mineiros, bem como as atuais dificuldades por que passa o Ipsemg.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Conjuntas das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública, e os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas em 13/3/2018, às 10h30min, às 14h30min e às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.001 e 5.002/2018, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/3/2018, às 10h30min, às 14h30min e às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.001 e 5.002/2018, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Santana e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2018, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação da Rodovia MG-220 no trecho que liga o Município de Corinto ao Distrito de Andrequicé, no Município de Três Marias, e no trecho que liga os Municípios de Monjolos e Diamantina.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Fábio Cherem, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 4.773/2017, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/3/2018, às 14h30min e às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2018, às 14h40min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 14/3/2018, às 9h45min e às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota, Dilzon Melo e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 14/3/2018, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater o uso racional e sustentável da água, em consonância com o 8º Fórum Mundial das Águas, que será realizado em Brasília, de 18 a 23/3/2018, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****DISCURSOS PROFERIDOS NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2018**

O deputado João Leite* – Cumprimento o senhor presidente, os senhores deputados e, especialmente, a deputada Marília Campos, que hoje corre muito para aprovar a Comissão das Mulheres na Assembleia Legislativa. Aproveito o momento para conceder aparte à deputada Marília Campos, que tem o nosso apoio nessa luta.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Agradeço a concessão do aparte, deputado. Estamos às vésperas do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e aproveito para saudar as mulheres presentes, que lutam no dia a dia em defesa de um País mais justo, da igualdade entre homens e mulheres e dos direitos das mulheres. Assim, apelo aos deputados e deputadas que estão em seus gabinetes que desçam ao Plenário, para que amanhã possamos comemorar mais esse avanço na nossa luta, em que já estamos empenhadas a partir de hoje, vendo a Comissão Extraordinária das Mulheres transformada em comissão permanente, para que seja um espaço de luta, mobilização, organização e avanços nos direitos das mulheres de toda Minas Gerais.

Então, peço ao deputado João Leite, que tem uma forte liderança na Casa, que convide os deputados e deputadas para virem ao Plenário votar o projeto. Obrigada.

O deputado João Leite* – É claro, deputada. A deputada Ione Pinheiro, ali sentada, pediu a mim, ao deputado Sargento Rodrigues, enfim, aos deputados da oposição na Assembleia Legislativa que estivéssemos presentes na votação da criação da Comissão das Mulheres. Então, deputada Ione Pinheiro, aqui estamos. Ao seu comando, viemos aqui, os homens da oposição, para votar a criação da Comissão das Mulheres. Aproveito para saudar as mulheres que aqui vieram hoje e lamentar mais uma pressão deste governo sobre as mulheres que trabalham no sistema socioeducativo do Estado de Minas Gerais, que estão sofrendo maus-tratos e ameaças do governo do PT, do governo Pimentel. É marcante para todos nós que tenhamos de dizer isso exatamente neste dia, quando comparecemos ao Plenário para votar a criação da Comissão das Mulheres. Aliás, aproveito para apresentar à Comissão das Mulheres o primeiro requerimento: para se trazer aqui o governo do PT e cobrar dele o que está fazendo com as mulheres.

Em Vespasiano, o diretor-geral da unidade socioeducativa está dizendo que não precisa das mulheres.

Deputada Ione Pinheiro, solicito a V. Exa., mãe, carinhosa, que pegue essas mulheres e já apresente o primeiro requerimento da Comissão das Mulheres, que vamos aprovar, para que seja investigado esse diretor que está perseguindo as trabalhadoras do sistema socioeducativo e do sistema prisional. Que governo é esse que persegue as mulheres?

Vem em boa hora a Comissão das Mulheres na Assembleia Legislativa, para enfrentar este governo. As nossas mulheres são fortes. Não retrocedam, vocês vão ter o apoio da oposição na Casa. Vamos cobrar deste governo o acordo que foi feito com as mulheres trabalhadoras do sistema socioeducativo e prisional do Estado. O PT não cumpre o acordo.

Queria, neste dia em que aguardamos a votação da criação da Comissão das Mulheres, dizer à deputada Marília Campos que nos foi encaminhada uma carta por um grande amigo, João Paulo Pires de Vasconcelos. Ele me perguntou se a deputada Marília Campos leria a sua carta. Se a deputada Marília Campos não for ler a carta do ex-deputado, líder sindical, fundador do PT, João Paulo Pires de Vasconcelos, eu a lerei nesta tribuna, em homenagem a esse sindicalista trabalhador, que deu a sua vida em defesa dos trabalhadores e criou o PT. Ele é um lutador. Se ela não ler, eu lerei, porque assumi a leitura da carta de João Paulo Pires de Vasconcelos. Então, peço à deputada que a leia e me diga se a lerá em voz alta. Se ela não ler, eu lerei a carta desse homem honrado, por quem tenho uma grande admiração e uma grande estima.

Queria lembrar também, homenageando as mulheres, que tive a alegria de a minha segunda neta nascer no dia 8 de março. Beatriz nasceu no dia 8 de março, que, para mim, é uma data inesquecível. Quero que ela tenha todas as oportunidades. Espero que Beatriz, nascida no dia 8 de março, não tenha de passar pelo que as mulheres trabalhadoras de Minas Gerais, que servem a este Estado, no sistema socioeducativo, tomando conta de adolescentes em conflito com a lei, problemáticos, estão passando. Elas estão lá cuidando dessas pessoas e de todo o sistema, para que a gente tenha segurança em Minas Gerais. No sistema prisional, acontece a mesma coisa. Na área administrativa também. Elas estão cuidando da segurança da população. E o que recebem em troca? Este governo faz um acordo com a trabalhadora e não o cumpre. É um governo sem palavras, que não cumpre a sua palavra. Não quero que Beatriz, minha neta, que nasceu no dia 8 de março, sofra, em Minas Gerais, o que essas trabalhadoras estão sofrendo. Elas estão aqui na Assembleia reivindicando seus direitos. Enquanto isso, lá na unidade em que trabalham, há diretores perseguindo-as. Não permitiremos isso e ficaremos ao lado dessas mulheres. O deputado Sargento Rodrigues está atento, porque é o presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia. Não podemos permitir que a mulher, no Estado de Minas Gerais, seja perseguida dessa maneira.

A deputada não lerá. Então, com essa homenagem, quero ler a carta do ex-deputado João Paulo Pires de Vasconcelos: (– Lê:) “Prezado deputado João Leite, mais uma vez Fernando Pimentel desvia-se da conduta de interesse do povo brasileiro. Célvio de Castro manifestou a mim essa opinião sobre ele. Acha Pimentel mais interessante seguir uma linha de conduta de adesão aos grandes interesses empresariais. Recebeu R\$2.000.000,00 da Fiemg. Quando secretário de Célvio de Castro, seguiu a mesma prática. Desvia-se das propostas do PT. Está demonstrando claramente a sua conduta antagônica aos interesses nacionais, o que, sem dúvida, agora é mais grave ainda.

O nióbio, que Pimentel quer entregar, é uma propriedade exclusiva do povo brasileiro. A ganância das multinacionais sempre levou a grandes pressões sobre governos brasileiros, para se apropriarem de nosso nióbio. É inadmissível a venda de ações da Codemig. Vender a participação no nióbio a interesses privados é escancarar o caminho para a desnacionalização da maior riqueza de nosso povo. Nós não deveríamos vender nem um grama de nióbio para o mercado internacional. Estamos exportando 100.000t por ano. Estão acumulando nosso nióbio lá fora, como sempre fizeram com nossas riquezas minerais. Nós deveríamos estar produzindo aços especiais para todo o mundo. E muito mais, deveríamos estar aplicando esse aço na fabricação de bens com esse material. O servilismo da elite nacional faz de nosso país um mero fornecedor de *commodities*. Um crime de lesa-pátria. A abertura do capital da empresa mineira é uma vergonhosa traição aos interesses do povo brasileiro. O nióbio, há anos, vem sendo vendido a preços altos e escandalosamente favorecidos aos empresários internacionais. Os governos negligentes e coniventes com a traição nacional nunca quiseram estabelecer uma política de aproveitamento do nosso nióbio. Deveríamos estar produzindo 10 vezes mais aço do que produzimos ao longo do tempo. Mas, infelizmente, submetem-nos ao domínio dos interesses do império, como ficou comprovado no golpe parlamentar recente.

Os Estados Unidos, desde 1998, estava articulando o golpe. Trocou o embaixador Thomas Shannon Jr., em junho de 2013, pela embaixatriz Liliana Ayalde, especializada em golpes de Estado – os anteriores foram os de Honduras e Paraguai. Trouxe uma numerosa equipe, inclusive para orientar a campanha, por meio dos veículos de comunicação, contra Dilma Rousseff, aproveitando-se de sua fragilidade, principalmente na Rede Globo. Assim que prevaleceu o *impeachment*, ela – Liliana Ayalde – retirou-se do Brasil com a sua alentada equipe de agentes do FBI, NSA e CIA. Depois do golpe passaram a se apropriar de todas as nossas riquezas, reduzir salários, estancar o nosso desenvolvimento, aumentar escandalosamente a nossa dívida pública, hoje na altura de R\$3.600.000.000.000,00, enquanto pagamos, de juros e refinanciamentos, R\$1.600.000.000.000,00 só no ano passado. Estão reduzindo salários – aumento de R\$17,00 do salário-mínimo – e empregos, para acumular o chamado superávit primário, para produzir uma montanha de dinheiro e transferi-la para os banqueiros internacionais.

Enquanto isso, 40 milhões de brasileiros se encontram na miséria absoluta. Mas, retornando à questão do nióbio, apelamos à consciência dos deputados mineiros: deem uma resposta uníssona ao governador antinacional – repito, ao governador antinacional – Fernando Pimentel. Na próxima eleição, ele terá a resposta do povo de Minas Gerais. Por favor, deputado João Leite, entregue cópia deste documento à deputada Marília Campos, e peça que ela faça a leitura em Plenário. Caso ela não aceite, leia-o para mim.

Peço que passe cópia deste texto aos deputados e sua relação, para que o divulguem em suas bases. Saudações, João Paulo Pires de Vasconcelos.” Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, fundador do Partido dos Trabalhadores e, pelo que parece, envergonhado com o governo do PT em Minas Gerais, partido que persegue e ameaça trabalhadoras, lamentavelmente.

Hoje é o dia da salvação das mulheres em Minas Gerais, pois começa a existir uma comissão de mulheres na Assembleia Legislativa. Espero que essa comissão dê uma resposta a este governo, que manda o Sr. Carlos Calazans prometer um acordo. Ora, onde está o cumprimento do acordo com os trabalhadores? No mês das mulheres, no mês da minha neta Beatriz – que fará 1 ano dia 8 –, neste mês o governo de Minas Gerais persegue as mulheres. É inaceitável o que os diretores de unidades prisionais e unidades socioeducativas estão fazendo com as trabalhadoras, ameaçando as trabalhadoras.

Cubro aqui, além da Comissão das Mulheres, também da comissão de que faço parte, a Comissão de Segurança Pública, o acompanhamento dessa situação. Vamos às unidades socioeducativas, à prisional, vamos ver a situação da mulher no mês da mulher, da trabalhadora que está lá no dia a dia protegendo a população de Minas Gerais e vem aqui, à Assembleia Legislativa, para reclamar das ameaças que estão sendo feitas contra a mulher. Isso é crime, como também é crime o que o governo do Estado está tentando fazer com o nosso nióbio. São mais 400 anos que temos para retirar, explorar o minério – já concluo, Sr. Presidente –, e eles querem entregá-lo. Quero parabenizar os deputados que são da base de governo e já vieram me falar: “Não voto nisso de jeito nenhum”.

Por fim, queria dizer que vamos preparar aqui um quadro. Vamos colocar aqui os 48 votos da entrega de Minas Gerais. Vamos colocar cada nome aqui, pois precisam de 48 votos, sim. Vamos preparar os cartazes com os nomes daqueles que vão votar. Serão 48.

Vão deixar um buraquinho para cada nome daqueles que vão entregar e daqueles que apoiam esse governo que ameaça mulheres no mês das mulheres.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria inicialmente manifestar, como já dissemos, mais cedo, para a deputada Marília Campos, que nós, da oposição, estaremos aqui na fase adequada para votar, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 49/2017, da Mesa da Assembleia, que cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher. Quero, deputada Marília Campos, dizer que não só estarei aqui para votar e encaminhar favoravelmente, mas também para pedir aos demais deputados que venham para a Assembleia, que venham para o Plenário e, se necessário, suspenderemos a reunião até atingirmos o quórum necessário para que possamos votar esse projeto de resolução e termos um fórum legítimo para fazer o debate.

Quero manifestar aqui na mesma linha do deputado João Leite e dizer que, amanhã, teremos a oportunidade de, mais uma vez, comemorar o Dia Internacional da Mulher, de forma muito especial.

Como presidente da Comissão de Segurança Pública, gostaria de dizer da nossa tristeza, para não dizer algo até mais estarrecedor, com o que está acontecendo com os servidores, seja da área administrativa, seja da área técnica, do sistema prisional e socioeducativo. Deputada Marília Campos, V. Exa., a deputada Ione Pinheiro, que faz parte do nosso bloco, e a deputada Geisa Teixeira, que ocupa, ali, a Mesa da Assembleia, assim que a comissão for criada, vocês não podem permitir isso, porque também é matéria correlata.

As mulheres do sistema prisional e socioeducativo estão sendo ameaçadas em relação àquilo que é de direito constitucional. Ou seja, o direito de greve. Direito de greve é direito constitucional. Mas pasmem, senhoras e senhores, essas pessoas estão sendo ameaçadas... Essas pessoas estão sendo ameaçadas porque foram para a rua, vieram à Assembleia se manifestar e até agora não conseguiram ser ouvidas na Comissão de Direitos Humanos. Não permitem abriremos espaço para elas na Comissão de Segurança Pública. Disseram ao governador: “O senhor fez um acordo em 2015 para reestruturar nossa carreira, para dar uma gratificação.” Mas nem gratificação, nem acordo de carreira, nem reposição inflacionária, absolutamente nada.

Queria trazer para vocês... Pedi à assessoria da Mesa que fizesse a impressão dessa lei, porque muita gente aqui fez seminário e um punhado de coisa, mas não sabe, deputada Marília Campos, que o autor dessa lei é este deputado. Sei o trabalho que deu para que eu pudesse aprová-la aqui. Essa lei vocês devem entregar ao Sr. Carlos Calazans, porque ele é a pessoa que tem proferido as ameaças de cortar ponto, de demitir. É a lei que trata do assédio moral no âmbito da administração pública estadual, a Lei Complementar nº 116/2011, de autoria deste deputado.

Por que trabalhamos muito para a aprovação dessa lei? Não foi fácil, porque infelizmente o assédio moral cometido no âmbito das repartições públicas acontece, muitas vezes, de forma velada, de forma escamoteada e atinge principalmente e psicologicamente os servidores que estão ali subordinados hierarquicamente àquela autoridade. Nesse caso, o Sr. Carlos Calazans se enquadra perfeitamente, primeiro em desobediência à lei de greve, segundo em desobediência à Lei Complementar nº 116, que disciplinou o assédio moral no âmbito da administração pública em Minas Gerais, em todos os Poderes.

Portanto, Sr. Calazans, não faça esse tipo de ameaça. Governador Fernando Pimentel, o senhor pertence a um partido que a vida inteira defendeu o direito de greve e vem com uma propaganda, em todos os veículos de comunicação, em emissoras de TV poderosíssimas, em grandes jornais de circulação, dizer que trabalha com equilíbrio, com diálogo e que vai ouvir para governar. Sequer estão ouvindo, deputado João Leite, as servidoras e os servidores do sistema prisional e socioeducativo. Há ameaça de corte de ponto, ameaça de demissão. E o cumprimento do acordo?

Queria, deputado João Leite, ver algum deputado do PT. Doutor Jean Freire, o senhor, que é um homem sofrido, que veio das bases do Jequitinhonha, queria ver um deputado do PT vir a esta tribuna perguntar ao Pimentel por que ele está ameaçando as servidoras e os servidores por meio do Carlos Calazans. É uma vergonha, deputado João Leite, a gente não ver nenhum deputado do PT vir à tribuna defender os trabalhadores.

Estou fazendo uma provocação, Doutor Jean, porque esses servidores estão percorrendo aqui há várias semanas, pedindo, pelo amor de Deus, que os deputados desta Casa possam fazer sua interlocução com o governo. Infelizmente, o governo não quer ouvir os trabalhadores da educação. Ou melhor, também da educação, porque até hoje não pagou o piso nacional. Está enrolando, não quer ouvir os trabalhadores do sistema prisional e socioeducativo. Trabalhadores e trabalhadoras que neste mês recebem ameaças.

Nessa lei nós tipificamos a conduta e prescrevemos a sanção em que o diretor, o chefe, o agente político, de forma mais genérica, seja enquadrado quando pratica os atos que estão nela petrificados.

Então, o Calazans e o governador do Estado deveriam ter um pouco mais de respeito pelos trabalhadores dos sistemas socioeducativo e prisional. Deveriam respeitar o acordo que não foi cumprido, Arnaldo Silva. Fizeram um acordo com eles em 2015, mas não cumprem esse acordo.

Então, eu gostaria que vocês levassem isso para o Sr. Carlos Calazans, que um dia disse que era defensor de trabalhador, mas hoje é pelego. O maior pelego do governo do Estado é a figura do Sr. Carlos Calazans. Mas a Comissão de Segurança Pública está atenta. Nós, deputados da comissão – o deputado João Leite já se manifestou – estamos atentos para, desta tribuna, continuar denunciando em nome de vocês as perseguições. É uma vergonha para esse governador, que fez um vídeo no dia 4/9/2014, dizendo que a segurança pública seria um mar de rosas, que seria uma maravilha, que investiriam em segurança, que teria viatura, *tablet*, que remunerariam e qualificariam, que fariam tudo na segurança pública. De tudo aquilo que ele disse naquele vídeo, no dia 4 de setembro, aproveitando-se da morte de uma investigadora na Praça da Liberdade, ele fez exatamente o contrário. Recursos que retirou do sistema prisional e socioeducativo, custeio em investimento da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, tudo está sucateado. E o efetivo? O que fez com os agentes penitenciários contratados? Demitiu os trabalhadores. Pessoas que necessitavam, e que além de necessitarem, trabalhavam de verdade todos os dias, suavam a camisa no trabalho. Mas a companheirada dos cargos comissionados ele não mandou embora, não. Esses estão todos lá.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado. Recebo a informação agora, deputado Sargento Rodrigues, de que a Secretaria de Administração Prisional realizará, amanhã, um congresso sobre assédio moral. (– Manifestação nas galerias.) Mas o sindicato não foi convidado. O trabalhador e a trabalhadora que estão sendo assediados não foram convidados. É o governo do faz de conta. (– Manifestação nas galerias.) Vai sair na imprensa, esse é o partido que luta contra a discriminação, que luta contra o assédio. Mas, pasmem, amanhã teremos uma conferência sobre assédio moral, e o trabalhador ficará lá fora. Aquele que está sendo assediado, assediada, ficará do lado de fora, ninguém saberá o que está acontecendo. É lamentável. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Deputado João Leite, gostaria de sugerir ao Sindpúblicos, aproveitando a mobilização feita, que fossem todos para lá, mostrar a Lei Complementar nº 116/201, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, e fazer a denúncia publicamente. Vá para esse seminário e faça a denúncia publicamente. Vá lá. Não deixe de ir. Não se intimide. Vá com a lei. Fale: “Essa lei aqui é para ser aplicada. Não é só para servir de enfeite. Essa lei está em vigor”. Diretores, superintendentes e o Sr. Carlos Calazans estão cometendo, sim, assédio moral. Estão violando a lei do direito de greve. Isso é uma vergonha para este governo.

Por fim, deputado João Leite, queria dar uma notícia a V. Exa. e aos demais, em primeira mão. Deputado Rogério Correia, queria dar uma notícia, em primeiríssima mão, aos ilustres deputados da base do governo, deputado Léo Portela. Impetrei hoje, agora à tarde, e acabou de ser protocolada uma ação popular. Essa ação popular visa invalidar todos os atos praticados pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – que foram propostos pelo governador Fernando Pimentel para a criação da Codemge, uma das empresas provenientes da cisão – os atos foram praticados pela Jucemg. Eles criaram a empresa sem que antes passasse na Assembleia uma lei aprovada por 3/5 dos seus membros, conforme art. 14º da Constituição do Estado. Isso é preciso para se fazer cisão e criação de empresa pública.

Deputado João Leite, a questão agora está na mão do excelentíssimo juiz de direito, Dr. Bady Curi. Tenho certeza de que o juiz não vai pestanejar. Ele vai mandar anular todos os atos de criação da Codemge e de cisão da Codemig. Sabem por quê? Porque, no governo do PT, o governador quer entregar aos grupos estrangeiros, ao capital estrangeiro a parte mais rentável da Codemig, que é a exploração do nióbio.

A exploração do nióbio rende por ano, para o Tesouro do Estado, R\$800.000.000,00. Já venderam os prédios públicos. Já entregaram esses prédios para os estrangeiros, para o capital especulativo.

Já estou concluindo, presidente. V. Exa. percebeu que fiquei um tempo parado em razão da interrupção que houve?

Concluo dizendo que a ação popular está impetrada. Tenho certeza de que vamos anular todos os atos praticados pelo governo do Estado, que está entregando a preço de banana o que é mais valioso dentro da Codemig: o nióbio. O nióbio é nosso, Pimentel, é do povo de Minas Gerais. O senhor não é dono do patrimônio público. O senhor é apenas o síndico, cujo mandato acaba no dia 31/12/2018. Fora, PT! Fora, Pimentel!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Deputados, senhores e senhoras que nos visitam nas galerias, gostaria de levantar um assunto que estamos discutindo há muito tempo.

Esta Casa não tomou providência até agora, e a população da cidade de Morada Nova está apreensiva e ansiosa pela aprovação de uma lei de nossa autoria que regulamente a produção de tilápia, da pesca e da piscicultura em nosso estado. O governo de Minas, ao contrário do Paraná e de outros Estados, não incentiva a produção da tilápia, não incentiva a produção nessas cidades.

O que acontece? Haverá eleição no final do ano, e chegarão os candidatos à cidade de Morada Nova. Podem ter a certeza de que, principalmente os do governo de Minas, os do PT, não entrarão, porque não deram atenção à área nos últimos três anos. A situação da piscicultura é difícil. A produção está parando, não existe incentivo e querem parar a piscicultura, que hoje movimenta quase 1.600 empregos diretos e indiretos na cidade de Morada Nova e na beira dos lagos em Minas Gerais.

Nós estamos aqui falando sobre uma atividade... Em 2016, os peixes de água doce movimentaram R\$3.000.000.000,00 para a economia brasileira – a tilápia representou 94% da produção na pesca. Minas Gerais é o 5º fornecedor ou produtor do País e não recebe incentivo algum do governo estadual. A dificuldade é muito grande na regulamentação. Este estado não ajuda, não incentiva e não apoia o piscicultor.

Então, falo aqui do desespero dos piscicultores da cidade de Morada Nova, aquelas pessoas que geram emprego e ajudam a produção neste estado. Na Barragem de Furnas a situação é a mesma. Digo, pela última vez, Sr. Presidente e Srs. Deputados: ou a Casa faz o projeto andar, ou o governo de Minas regulamenta, ou esta Casa terá uma surpresa na próxima eleição. O governo de Minas verá a votação dessas duas cidades e das cidades que dependem hoje da piscicultura.

Outro problema que temos de trazer aqui hoje, Sr. Presidente, foi levantado pela cidade de Joáima. A Copasa continua cobrando pelo esgoto na cidade sem tratá-lo e agora está fazendo o mesmo em Mutum, onde estivemos com os vereadores Paulinho e Lizerim, que trouxeram o problema do esgoto a céu aberto, assim como a cobrança que é feita pela cidade. A imprensa disse que a Copasa já viu que está cobrando ilegalmente, que está fazendo essa cobrança sem poder fazê-la e começará a devolver o recurso relativo a isso. Então, está na hora de esta Casa cobrar esse recurso e voltar-se para a população mineira, que já pagou por um serviço que não foi usado, ou seja, já pagou pelo tratamento de esgoto nessas cidades. O esgoto está sendo jogado nos rios, a céu aberto. Sr. Presidente e Srs. Deputados, ou fazemos isso e paramos agora ou o futuro será triste para nossos filhos nessas cidades. A Copasa tem de dar uma resposta urgente.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar bem claro a todos os que aqui estão que o Brasil tem de começar a mudar e, mais uma vez, digo que mudará a partir da hora em que começarmos a mudar os costumes dentro da nossa casa. Vejo que agora começam a acontecer as mudanças de partido. Tenho 30 anos de vida pública, estou no meu oitavo mandato e tive dois partidos até agora. Há 30 anos comecei como vereador em Belo Horizonte no PTB, partido trabalhista, e cheguei a esta Casa no PDT, no qual estou até hoje.

Quem prejudica a política hoje é o próprio político. Quanto à abertura para mudança de partido, digo e repito: partido é instituição falida neste país. Partido é instituição falida, não existe programa partidário. O próprio partido dá essa condição a partir do momento em que ele abre uma janela, às vésperas de uma eleição, e diz para um deputado: “Você pode mudar de partido”. E o deputado vai para o partido que quer. Então, como é que o partido pode cobrar do político uma filosofia, um seguimento, se ele dá condição para mudança de partido? Está na hora de o povo pensar que, para mudarmos o Brasil, precisamos de uma Constituinte exclusiva, sem a presença de políticos, uma Constituinte formada pela sociedade organizada. Precisamos acabar com as emendas

parlamentares, porque, se não fossem essas emendas, projetos como o da Codemig, o do nióbio, não seriam aprovados nunca, nesta Casa. Há deputado dizendo: “Não posso votar contra, senão não vou ter a ambulância que está indo para a minha cidade; não posso votar contra, senão não terei o dinheiro para a creche; não vou poder votar contra, senão não terei a emenda da saúde”. Isso não é obrigação de deputado, não. É obrigação do governo prestar uma boa saúde e uma boa educação e pagar um bom salário para o funcionalismo público.

Todo o mundo diz que funcionário público não trabalha. Vou dizer por que funcionário público não trabalha. Porque o governador, quando toma posse, coloca uma pessoa num cargo de confiança para ser chefe de funcionário público, que fez concurso e dedica a sua vida a seu trabalho, para ganhar 10 vezes mais do que ele ganha. Temos de acabar, neste país, com as indicações políticas. Os cargos de chefia, em todo o Estado de Minas Gerais, nas prefeituras, têm de ser exercido pelas pessoas que conhecem a área, que são concursadas e ali estão para exercer suas funções. Aí, sim, vamos mudar este Brasil. Fim das emendas parlamentares, Constituinte exclusiva e reforma partidária.

Não adianta haver essa quantidade de partidos. O povo não entendeu quando disseram: “Vamos fazer um distritão”. Assim, os deputados mais votados representariam o povo. A vontade do povo é que sairia desta Casa. Sabem o que vai acontecer agora? Estão juntando os partidos com poucos votos. Vai ficar fora deputado com 70 mil, 80 mil votos, enquanto deputado que obteve 20 mil votos será eleito. Vai ficar fora deputado com 100 mil votos, e deputado eleito com 30 mil votos. Será que a população queria isso? Será que é isso que o eleitor queria? Quando se falou em distritão, não explicaram para a população, e a população disse: “Sou contra; sou contra o distritão”. Ninguém sabia que o distritão significava os mais votados: os mais votados no Congresso, os mais votados na Câmara, os mais votados na Assembleia Legislativa, e aí não teríamos esse negócio de partido. De todos os partidos, teríamos, sim, a vontade popular aqui dentro. Isso tem de mudar neste país.

Está na hora: eleição geral. Já não podemos aceitar eleição de dois em dois anos. Houve eleição outro dia. Vou lembrar para vocês... O que foi produzido nesta Assembleia? Estamos em ano eleitoral. Em todo ano eleitoral, a Assembleia para, a política para no Brasil, a Câmara para. Está na hora de pensarmos que estamos aqui para produzir. Deputado é eleito para legislar e fiscalizar, e não para levar ambulância, para levar dinheiro para a saúde, isso é obrigação do Estado e da União.

Podem ter a certeza de que o próximo presidente que entrar, no primeiro mês, vai chamar todos os governadores para dizer que é preciso começar a fazer uma reforma. Ninguém tem vara de condão, nenhum presidente da República tem vara de condão. O Estado está quebrado, o País está quebrado. Nós temos de dar uma solução, e a solução é valorizar o funcionário público, acabar com o cargo de confiança para este e aquele, gerar emprego com qualidade de vida e, acima de tudo, fazer uma política de fiscalização do Executivo. Muito obrigado a todos. Estamos juntos. Vamos continuar fazendo um Brasil melhor, um Brasil onde podemos pensar que vai acontecer. Obrigado, presidente.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, deputado Lafayette de Andrada, é um prazer me dirigir à tribuna sob a presidência de V. Exa. Cumprimento os deputados e as deputadas presentes e o público que nos prestigia hoje nesta reunião da Assembleia Legislativa, notadamente as mulheres que comemoram amanhã, dia 8 de março, mais um dia de luta. Parabênz as mulheres guerreiras e lutadoras deste país. Um abraço especial às companheiras do MAB, que vieram de todas as partes do Estado de Minas Gerais. Encontrei ali companheiras do Jequitinhonha, do Norte de Minas, da Zona da Mata, do Sul, do Triângulo. É um prazer vê-las aqui sempre na luta. Um grande abraço às mulheres guerreiras do MAB.

Sr. Presidente, temos dois projetos importantes na pauta hoje. Há outros projetos, como os de doação de imóveis, que podem parecer singelos, mas que são importantes, porque, o deputado, ao fazer a doação do imóvel do Estado à prefeitura, vai permitir que ela possa construir ali, talvez, uma escola ou uma creche. Então são também projetos importantes. Mas do ponto de vista de conteúdo para o Dia Internacional das Mulheres, há dois projetos fundamentais. Vou me ater a eles. Não responderei às provocações que foram feitas ao Partido dos Trabalhadores, porque se assim o fizer, alguns deputados se ausentarão do Plenário, não

votarão, farão pirraça e depois ainda dirão que não votaram porque respondi ao desaforo deles. Então, vou deixar isso para lá, concentrar-me apenas nos dois projetos que estão na pauta e pedir apoio aos deputados e às deputadas.

O primeiro é um projeto da Mesa, que teve uma insistência muito grande de todas as deputadas no Plenário. Digo todas, mas são poucas, não é Marília? São apenas seis. De 77 parlamentares, apenas 6 são mulheres. São 71 homens. Isso demonstra que o que o deputado Alencar da Silveira Jr. disse aqui é verdade. Nós precisamos de uma constituinte exclusiva no Brasil para fazer uma reforma político-institucional. O parlamento não pode ser um local de deputados brancos, ricos e mais velhos. O parlamento deve ser essencialmente do povo brasileiro, com a cara do povo.

Portanto o Parlamento do povo deveria ser composto de metade homem, metade mulher. Deveria ter atingidos do MAB, deveria ter sem-terras, deveria ter sem-casas, deveria ter trabalhador, metalúrgico, operário e servidores públicos. O Congresso deveria ser o Congresso com a cara do povo. Isso é fundamental. Negros, que praticamente não temos aqui, pois há pouquíssimos deputados de cor negra. Portanto é fundamental que tenhamos uma Constituinte para rever as eleições no Brasil e a forma como é feita.

Na Venezuela, Marília, por exemplo, o parlamento tem determinado os percentuais de índios, mulheres, que é a metade, negros, mineiros e petroleiros. É, portanto, um parlamento que tem a cara do povo. Aqui no Brasil, infelizmente, a imensa maioria do nosso parlamento... Não só o daqui. Estou me referindo a todos parlamentos no Brasil, que, em geral, têm a cara das empresas que financiam a campanha dos deputados. Infelizmente, hoje essa é a regra do parlamento brasileiro. Não foge a isso nenhum partido político. Portanto estou fazendo uma crítica, como o fez o deputado Alencar da Silveira Jr., de caráter mais radical, à raiz do problema. Precisamos de um parlamento mais popular.

La falar primeiro desse projeto da Mesa, mas vou inverter, se me permitem, e falar do segundo projeto. É um projeto chamado Peabe, que é a política de direitos e garantias para os atingidos por barragens, a Política Estadual dos Atingidos por Barragens. Esse projeto do governador Fernando Pimentel foi articulado com os militantes, os atingidos por barragens do MAB e outros atingidos. Eles fizeram um projeto de lei em comum acordo, que garantirá, para se fazer uma barragem no Estado de Minas Gerais, a exigência de um plano onde os atingidos serão respeitados. Em outras palavras, só poderá haver barragens, se anteriormente à construção dela, os atingidos forem considerados como tendo os seus direitos. Por exemplo, uma barragem tirará 100 famílias da terra. Para onde irão essas 100 famílias? Isso tem de estar previsto no plano, senão não haverá barragem. Essas pessoas terão emprego? Terão escola? Tudo tem de estar previsto, senão não haverá barragem. É óbvio. Se você tem a licença ambiental para proteger o meio ambiente, tem de ter a licença social para defender as pessoas, para que os atingidos tenham os seus direitos garantidos. É esse basicamente o projeto, Marília.

Portanto é um projeto muito importante para todas essas mulheres que estão aqui. Principalmente para as mulheres, por quê? Porque são elas que na verdade chefiam a casa. Ficam para as mulheres as crianças. É verdade ou não? Não fica para a maioria dos homens, mas para as mulheres, assim como a função de arrumar a casa. Infelizmente, a política machista ainda coloca as mulheres como donas de casa, portanto reservando a elas essa função. As mulheres são as mais atingidas quando se perde uma casa, quando se perde uma terra, quando são expulsas do local onde moram. Então esse projeto é para os atingidos por barragens, mas principalmente para vocês, mulheres atingidas por barragens.

Votar esse projeto aqui hoje é o mesmo que o Parlamento dizer às mulheres: “Vocês têm, da nossa parte, parlamentares, o reconhecimento da sua luta no Dia Internacional da Mulher”. É esse presente que queríamos dar às mulheres no dia de hoje. O deputado Adalclever teve a sensibilidade de, ontem, ficando o projeto pronto, colocá-lo em votação hoje. Então peço ao conjunto dos deputados e deputadas que considerem mais as atingidas por barragens do que as mineradoras, porque as mineradoras já têm muito e não precisam mais de representação aqui dentro. Quem precisa de representação aqui são as atingidas por barragens, não as mineradoras.

Por fim, vou falar sobre esse projeto que foi adotado pela Comissão de Barragens, do qual fui relator. São três projetos. O primeiro coloca todo o recurso para a Secretaria de Meio Ambiente a fim de fiscalizar as barragens. O segundo projeto impede aquele tipo de barragem de Mariana, que se rompeu, e faz com que as barragens futuras tenham segurança. O terceiro é o que cuida de vocês, atingidas por barragens. Esses três projetos fazem parte da Comissão de Barragens.

Aprovamos um, mas ainda faltam dois. Um deles é este, e peço aos deputados e deputadas que levem em consideração o Dia da Mulher para a aprovação em 1º turno do projeto das atingidas por barragens, as quais parabeno por estarem aqui.

O segundo projeto é o que cria a Comissão Permanente das Mulheres, de que comecei a falar. Quero dizer, companheiras do MAB, que a deputada Marília Campos é uma heroína por conseguir fazer com que esse projeto entrasse em pauta. A Comissão das Mulheres sempre existiu temporariamente, extraordinariamente. Dependendo do presidente, a comissão é nomeada mais cedo ou mais tarde; dependendo do número de mulheres deputadas, ela é nomeada ou não, e assim por diante. Agora, o que queremos é que essa seja uma comissão permanente, e a Marília Campos e as outras cinco deputadas batalharam muito para isso, porque a questão das mulheres é permanente, não extraordinária. Os problemas que enfrentam, oriundos de uma sociedade machista, são particulares às mulheres e permanentes. Portanto, as políticas públicas devem ser constantes.

Assim, a Mesa da Assembleia Legislativa, suscitada pelas mulheres, apresentou esse projeto que cria a Comissão Permanente das Mulheres na Assembleia Legislativa. Esse projeto será votado primeiro; logo em seguida, será votado o do MAB, dos atingidos e atingidas por barragens. Portanto, pedimos aos deputados e às deputadas a votação de todos os projetos. Para isso, precisamos ter 39 deputados presentes na hora da votação, e vamos buscar fazer com que esses deputados estejam aqui. Depois, deputada Marília Campos, ainda temos de conseguir que metade dos votos sejam favoráveis. Mas tenho certeza de que a totalidade dos votos dos deputados e deputadas será pela aprovação de ambos os projetos. Quero conceder um aparte à deputada Marília Campos, para que possa fortalecer esse pedido de voto aos deputados e deputadas.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Quero cumprimentar as mulheres atingidas por barragens que estão na Assembleia Legislativa desde ontem, e todas as lideranças sociais e políticas que ocupam as galerias. Também quero cumprimentar o deputado Rogério Correia por seu pronunciamento em defesa desse projeto tão importante para a população atingida por barragens, especialmente para as mulheres, e do projeto em defesa de que a Comissão das Mulheres se torne permanente.

O dia de luta das mulheres começou ontem, com as mulheres atingidas por barragens ocupando a Assembleia Legislativa, num grande ato de mobilização, organização e preparação para os dias de hoje e de amanhã. Hoje, as mulheres, não só do Movimento dos Atingidos por Barragens, mas também da Frente Brasil Popular, dos coletivos feministas e dos partidos políticos estão aglutinadas e integradas nessa luta, entendendo que ela é, centralmente, uma luta de resistência. É uma luta que questiona o golpe político que aconteceu no País e, portanto, uma luta que defende a democracia; uma luta contrária à violação de direitos que aconteceu com a votação da reforma trabalhista e da PEC dos gastos públicos; e uma luta que agora comemora o recuo da reforma da previdência, que, aliás, só aconteceu em função dessa nossa luta e resistência.

Mas, deputado Rogério Correia, a nossa luta continuará amanhã, no Dia Internacional das Mulheres, quando certamente vamos ocupar as ruas.

Aproveito para fazer um convite às mulheres: estejam na Assembleia ou na Praça Sete para um grande circuito integrado de luta, de debate, procurando avanços nos direitos sociais. Fica aí o convite: amanhã, na Praça Sete, a partir das 10 horas.

Quero apenas utilizar um segundo para me dirigir ao ex-deputado federal João Paulo Pires, que enviou uma carta ao deputado estadual João Leite. Foi-me pedido para ler a carta, mas não a li porque acredito que ela deveria ser dirigida a mim. Mas quero mandar um recado ao ex-deputado: o meu gabinete está de portas abertas, estamos à disposição para recebê-lo e para conversar. Tenho o maior respeito pela sua trajetória. Convido-o para me visitar para que possamos compartilhar ideias e soluções para os problemas. Obrigada.

O deputado Rogério Correia* – Obrigado, deputada, pelo aparte. Concluo, então, agradecendo a presença de todas as companheiras, as companheiras do socioeducativo e o José Lino. Continuamos à disposição, assim como os recebemos na comissão ontem. Vou continuar insistindo na abertura de negociação. É obrigação de qualquer governo negociar com os servidores que lutam pelos seus direitos. Gostaria também de parabenizá-los pela presença.

Solicito a todos e a todas que, a partir de agora, sejamos unânimes na aprovação dos dois projetos das mulheres: o projeto da Comissão das Mulheres e o projeto das atingidas pelas barragens. Água e energia! Água e energia! Um abraço. Sempre na luta. Espero a aprovação dos deputados e das deputadas ao nosso projeto. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/3/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Marcelo Martins de Lucca, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Faria;

nomeando Adriano Fonseca Glória, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Fernando Junqueira Ferraz, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

nomeando Rafael Leal dos Santos Pegado, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Faria.

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Ordem de Serviço nº 239/2016

Objeto: renovação de assinatura de periódicos.

Fica a Editora NDJ Ltda. notificada da instauração do Processo Administrativo Sancionatório nº 5.560/2018, nos termos do art. 101 da Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.598/2014, e da abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa prévia.

Belo Horizonte, 12 março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2018

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/3/2018, na pág. 10, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 6/3/2018, do Relatório de Evento Institucional nº 4/2017, do Comitê de Representação, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 10.210/2018, do deputado Agostinho Patrus Filho, e 10.234/2018, do deputado Ivair Nogueira”, leia-se:

“de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 6/3/2018, do Relatório de Evento Institucional nº 4/2017, do Comitê de Representação, e dos Requerimentos nºs 10.210/2018, do deputado Agostinho Patrus Filho, e 10.234/2018, do deputado Ivair Nogueira”.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 187/2017*

* – Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/3/2018, na pág. 32.